

caderno de QUESTÕES



- Questões gabaritadas da banca VUNESP, selecionadas de acordo com os assuntos mais cobrados nos anos de 2022 a 2025 em provas de nível médio e superior.
- Conteúdo organizado por disciplinas.

1.000

QUESTÕES DE PROVAS VUNESP

*Língua Portuguesa
Matemática, Estatística e RLM
Informática
Direito Constitucional
Direitos Humanos
Direito Administrativo
Direito Penal*

*Direito Processual Penal
Direito Civil
Direito Processual Civil
Lei de Licitações
Administração Geral e Administração
Financeira e Orçamentária
Redação Oficial*

1.000

QUESTÕES PARA A

Vunesp

APRESENTAÇÃO

O treino de questões, além de testar seus conhecimentos, é fundamental para compreender melhor o perfil da banca organizadora. Ao mesmo tempo que você revisa a teoria estudada, você pratica a metodologia da banca e cria uma rotina de estudos essencial para a sua preparação.

Pensando nisso, a série Caderno de Questões apresenta 1000 questões gabaritadas da banca Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista - VUNESP, trazendo as mais recentes questões organizadas segundo as disciplinas e temas de maior incidência em concursos diversos para nível médio e superior.

Separado em disciplinas de acordo com os assuntos mais cobrados, nos anos de 2022 a 2025 para que você conheça os pontos principais e a forma de abordagem da banca.

Neste material, você encontra ainda o gabarito oficial ao final de cada disciplina, para conferir suas resoluções.

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?


- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!


SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	17
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	17
→ FATOS DA LÍNGUA PORTUGUESA (PORQUE, POR QUE, PORQUÊ E POR QUÊ; ONDE, AONDE E DONDE; HÁ E A, ETC).....	18
→ ACENTUAÇÃO.....	19
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	20
→ ARTIGO	21
→ SUBSTANTIVO	22
→ ADJETIVO	22
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	24
→ CORRELAÇÃO VERBAL.....	25
→ PRONOMES RELATIVOS.....	26
→ ADVÉRBIO	27
→ PREPOSIÇÃO.....	28
→ CONJUNÇÃO.....	29
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS	31
→ DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO.....	32
→ SIGNIFICAÇÃO DE VOCÁBULO E EXPRESSÕES.....	34
→ FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO	36
→ TERMOS ACESSÓRIOS (ADJUNTO ADNOMINAL, ADJUNTO ADVERBIAL E APOSTO). VOCATIVO	37
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS	38
→ FUNÇÃO SINTÁTICA DOS PRONOMES PESSOAIS ÁTONOS	39
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	41
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	43
→ CRASE.....	45
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	46
→ VOZES (VOZ PASSIVA E VOZ ATIVA).....	48
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC)	50
→ TIPOS DE DISCURSO (DIRETO, INDIRETO E INDIRETO LIVRE)	52
→ VARIAÇÕES DA LINGUAGEM: NÃO VERBAL, REGIONAL, HISTÓRICA, CONTEXTUAL. NEOLOGISMOS E ESTRANGEIRISMOS	54
→ LINGUAGEM FORMAL E INFORMAL	55

→ FIGURAS DE LINGUAGEM	56
→ VÍCIOS DE LINGUAGEM (PLEONASMO, AMBIGUIDADE, CACOFONIA, ETC.)	58
→ PARTÍCULA "SE"	58
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	59
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL	61
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO	62
→ GABARITO 	64


MATEMÁTICA, ESTATÍSTICA E RLM 67

→ ESTATÍSTICA - MÉDIA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS.....	67
→ MÉDIA PONDERADA	67
→ PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA.....	67
→ CÁLCULO DE PROBABILIDADES USANDO ANÁLISE COMBINATÓRIA	67
→ DISTRIBUIÇÃO NORMAL	68
→ ESTIMADORES DE MÁXIMA VEROSSIMILHANÇA	68
→ TESTE DE HIPÓTESES: INTRODUÇÃO (NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA, ERROS TIPO I E II, PODER DO TESTE).....	68
→ TESTE DE HIPÓTESES PARA A MÉDIA	68
→ TESTE DE QUI-QUADRADO	68
→ CONCEITOS INICIAIS E CÁLCULO DAS ESTIMATIVAS DOS PARÂMETROS (REGRESSÃO LINEAR SIMPLES)	69
→ ANÁLISE DE VARIÂNCIA DA REGRESSÃO LINEAR SIMPLES. COEFICIENTE DE DETERMINAÇÃO. ESTATÍSTICA F.....	69
→ ESTATÍSTICA BAYESIANA.....	69
→ ESTATÍSTICA COMPUTACIONAL	70
→ MATEMÁTICA - NÚMERO DE ELEMENTOS DA UNIÃO, DA INTERSECÇÃO, DO COMPLEMENTO E DA DIFERENÇA.....	70
→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	70
→ DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORES PRIMOS, DIVISOR E MÚLTIPLO COMUM (MMC).....	70
→ FRAÇÕES E DÍZIMAS PERIÓDICAS.....	71
→ OPERAÇÕES COM NÚMEROS DECIMAIS.....	71
→ RADICIAÇÃO E POTENCIAÇÃO	71
→ EXPRESSÕES ALGÉBRICAS.....	71
→ PROPORÇÕES. GRANDEZAS PROPORCIONAIS. DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS	71
→ REGRA DE TRÊS SIMPLES.....	72
→ REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	72
→ EXERCÍCIOS ENVOLVENDO VELOCIDADE, ESPAÇO, TEMPO	72
→ PORCENTAGEM.....	73
→ INTERPRETAÇÃO DE GRÁFICOS E TABELAS.....	73
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO, ETC)	73
→ SISTEMA MONETÁRIO	74

→ ANÁLISE COMBINATÓRIA (PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA CONTAGEM, ARRANJOS, COMBINAÇÕES, PERMUTAÇÕES)	74
→ EQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU	74
→ EQUAÇÕES DE SEGUNDO GRAU E EQUAÇÕES BIQUADRADAS	74
→ POLINÔMIOS E EQUAÇÕES POLINOMIAIS. EXPANSÃO DE BINÔMIOS. TRIÂNGULO DE PASCAL	75
→ PROGRESSÃO ARITMÉTICA.....	75
→ FUNÇÃO DE PRIMEIRO GRAU	75
→ FUNÇÃO DE SEGUNDO GRAU	75
→ RAZÕES E FUNÇÕES TRIGONOMÉTRICAS. CICLO TRIGONOMÉTRICO.	75
→ MATRIZES	76
→ SISTEMAS LINEARES	76
→ NÚMEROS COMPLEXOS.....	76
→ ÁREA E PERÍMETRO DO TRIÂNGULO	76
→ RELAÇÕES MÉTRICAS NO TRIÂNGULO RETÂNGULO (INCLUI TEOREMA DE PITÁGORAS).....	77
→ ÁREA E PERÍMETRO DE UM POLÍGONO QUALQUER.....	77
→ POLÍGONOS REGULARES (MEDIDA DO LADO, DIAGONAL, APÓTEMA E ÁREA; ÂNGULO INTERNO).....	77
→ ÁREA DO CÍRCULO, DO SETOR CIRCULAR E DO SEGMENTO CIRCULAR	78
→ GEOMETRIA ESPACIAL	78
→ GEOMETRIA ANALÍTICA.....	78
→ FUNÇÕES REAIS DE VARIÁVEL REAL (CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL).....	79
→ ÁLGEBRA LINEAR AVANÇADA (VETORES, MATRIZES E ESPAÇOS VETORIAIS)	79
→ TABELA VERDADE DAS PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	79
→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS).....	79
→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE	80
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES	80
→ ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	80
→ SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS.....	80
→ ORIENTAÇÃO NO PLANO, NO ESPAÇO E NO TEMPO	81
→ EXERCÍCIOS ENVOLVENDO DATAS E CALENDÁRIOS.....	81
→ GABARITO 	81


INFORMÁTICA83

→ MEMÓRIAS (RAM, ROM, CACHE, HD ETC.).....	83
→ WINDOWS 10.....	83
→ WINDOWS 11.....	84
→ WORD 2016.....	85
→ WORD 2019.....	85
→ EXCEL 2016.....	86
→ EXCEL 2019.....	86
→ POWERPOINT 2016	87
→ POWERPOINT 2019	87

→ PROTOCOLOS DE REDES.....	88
→ CONCEITOS DE INTERNET.....	88
→ GOOGLE CHROME.....	89
→ RECURSOS, CAMPOS, ENDEREÇAMENTO (CORREIO ELETRÔNICO).....	89
→ OUTLOOK 2016.....	90
→ GMAIL.....	91
→ SITES DE BUSCA (GOOGLE, BING, YAHOO, ETC.).....	91
→ NUVEENS MICROSOFT (ONEDRIVE E AZURE).....	92
→ GOOGLE WORKSPACE.....	92
→ DROPBOX.....	93
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.).....	93
→ FIREWALL E PROXY.....	93
→ BACKUP.....	94
→ EXTENSÃO DE ARQUIVOS.....	94
→ MICROSOFT TEAMS.....	95
→ GABARITO 	96


DIREITO CONSTITUCIONAL..... 97

→ DIREITO CONSTITUCIONAL: CONCEITO E FONTES. ESTADO, POVO, TERRITÓRIO, ETC.....	97
→ CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, ESTRUTURA, SUPREMACIA E CLASSIFICAÇÃO.....	97
→ EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	97
→ PODER CONSTITUINTE (ORIGINÁRIO, DERIVADO, REFORMADOR, REVISOR, DECORRENTE, ETC).....	97
→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	98
→ CARACTERÍSTICAS (DIREITOS FUNDAMENTAIS).....	98
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	98
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988).....	99
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS).....	99
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE.....	100
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988).....	100
→ ESTADOS FEDERADOS - ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF/1988).....	101
→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988).....	101
→ INTERVENÇÃO FEDERAL E ESTADUAL (ARTS. 34 A 36 DA CF/1988).....	102
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988).....	102
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988).....	103
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 48 A 50 DA CF/1988).....	103
→ DOS DEPUTADOS E SENADORES (ARTS. 53 A 56 DA CF/1988).....	103
→ DAS COMISSÕES PARLAMENTARES - PERMANENTES E TEMPORÁRIAS (ART. 58 DA CF/1988).....	104
→ DA EMENDA À CONSTITUIÇÃO (ART. 60 DA CF/1988).....	105
→ COMPETÊNCIAS PARA FISCALIZAÇÃO E TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (ARTS. 70 A 73 DA CF/1988).....	105

→ TRIBUNAIS DE CONTAS ESTADUAIS, DISTRITAL E MUNICIPAIS	106
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988).....	106
→ DOS PRECATÓRIOS (ART. 100 DA CF/1988)	107
→ DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF (ARTS. 101 A 103 DA CF/1988).....	107
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CF/1988)	107
→ DOS PRINCÍPIOS GERAIS (SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, ARTS. 145 A 149-B DA CF/1988)	108
→ DA REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS (ARTS. 157 A 162 DA CF/1988)	108
→ DOS ORÇAMENTOS (FINANÇAS PÚBLICAS, ARTS. 165 A 169 DA CF/1988)	109
→ POLÍTICAS URBANA, AGRÁRIA E FUNDIÁRIA (ARTS. 182 A 191 DA CF/1988).....	109
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (SEGURIDADE SOCIAL, ARTS. 194 E 195 DA CF/1988)	110
→ DA SAÚDE (ARTS. 196 A 200 DA CF/1988)	110
→ DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (ARTS. 203 E 204 DA CF/1988)	110
→ DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO (ARTS. 205 A 217 DA CF/1988).....	111
→ DA COMUNICAÇÃO SOCIAL (ARTS. 220 A 224 DA CF/1988)	111
→ DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO (ARTS. 226 A 230 DA CF/1988).....	111
→ DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS (ARTS. 233 A 250 DA CF/1988)	111
→ AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI).....	112
→ ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF)	112
→ CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE PELOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DOS ESTADOS.....	113
→ GABARITO 	113


DIREITOS HUMANOS..... 115

→ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH)	115
→ AGENDA 2030 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	115
→ DEVERES DOS ESTADOS E DIREITOS PROTEGIDOS (ARTS. 1º A 32 DA CADH-OAS).....	115
→ CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (DECRETO Nº 6.949/2009)	116
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º AO 7º DA LEI Nº 10.741/2003).....	116
→ DO DIREITO À VIDA (ARTS. 8º E 9º DA LEI Nº 10.741/2003)	116
→ DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE (ART. 10 DA LEI Nº 10.741/2003).....	117
→ DO DIREITO À SAÚDE (ARTS. 15 AO 19 DA LEI Nº 10.741/2003)	117
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º AO 3º DA LEI Nº 13.146/2015).....	118
→ DA IGUALDADE E DA NÃO DISCRIMINAÇÃO (ARTS. 4º AO 9º DA LEI Nº 13.146/2015).....	119
→ DO DIREITO À EDUCAÇÃO (ARTS. 27 A 30 DA LEI Nº 13.146/2015).....	119
→ DO DIREITO AO TRABALHO (ARTS. 34 A 38 DA LEI Nº 13.146/2015)	120
→ DO DIREITO À ASSISTÊNCIA E À PREVIDÊNCIA SOCIAL (ARTS. 39 A 41 DA LEI Nº 13.146/2015).....	120
→ LEI Nº 10.216/2001 - DIREITOS E PROTEÇÃO DAS PESSOAS PORTADORAS DE TRANSTORNO MENTAL	121
→ LEI Nº 12.764/2012 - POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM AUTISMO	121
→ DECRETO Nº 7.053/2009 - POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	121

→ DOCUMENTO “EDUCAÇÃO PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM” (UNESCO, 2017).....	122
→ GABARITO 	122


DIREITO ADMINISTRATIVO 125

→ ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	125
→ REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....	125
→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	126
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS.....	126
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	126
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	126
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	127
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO).....	127
→ PODER VINCULADO E DISCRICIONÁRIO.....	127
→ PODER DE POLÍCIA.....	127
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO).....	128
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	128
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	128
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	128
→ AGÊNCIAS REGULADORAS E EXECUTIVAS.....	129
→ TERCEIRO SETOR (OSS, OSCIPS, SISTEMAS E FUNDAÇÕES DE APOIO)	129
→ LEI Nº 13.303/2016 - ESTATUTO JURÍDICO DA EP E SEM (ARTS. 1º A 27).....	129
→ CONCEITOS INICIAIS E TEORIAS DA RESPONSABILIDADE.....	129
→ AUTORIZAÇÃO, PERMISSÃO E CONCESSÃO (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI Nº 8.987/1995).....	130
→ FORMAS DE EXTINÇÃO (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI Nº 8.987/1995).....	130
→ LEI Nº 11.079/2004 - PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP).....	130
→ LEI Nº 11.107/2005 - NORMAS GERAIS DE CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS.....	131
→ LEI Nº 13.019/2014 - ESTATUTO DAS PARCERIAS	131
→ LEI Nº 13.460/2017 - DIREITOS BÁSICOS DO USUÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO	131
→ PARLAMENTAR INDIRETO (TRIBUNAIS DE CONTAS E CONTROLE TÉCNICO-FINANCEIRO).....	132
→ DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (ARTS. 6º E 7º DA LEI Nº 12.846/2013)	132
→ DO ACORDO DE LENIÊNCIA (ARTS. 16 E 17 DA LEI Nº 12.846/2013).....	132
→ FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS.....	132
→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992).....	133
→ DAS PENAS (ART. 12 DA LEI Nº 8.429/1992).....	133
→ DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL (ARTS. 14 A 18-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	133
→ DISPOSIÇÕES GERAIS, DIREITOS E DEVERES DO ADMINISTRADO (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 9.784/1999).....	134
→ DA COMPETÊNCIA (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 9.784/1999).....	134


→ DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO, DEFINIÇÕES E AGENTES PÚBLICOS (ARTS. 1º A 4º, 6º A 10 DA LEI Nº 14.133/2021)	134
→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021).....	135
→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133/2021)	135
→ INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO (ARTS. 18 A 27 DA LEI Nº 14.133/2021)	135
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021).....	135
→ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (ARTS. 33 A 39 DA LEI Nº 14.133/2021).....	135
→ DISPOSIÇÕES SETORIAIS, COMPRAS, SERVIÇOS (ARTS. 40 A 52 DA LEI Nº 14.133/2021)	136
→ FASES DA LICITAÇÃO - JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI Nº 14.133/2021)	136
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021).....	136
→ INSTRUMENTOS AUXILIARES (ARTS. 78 A 88 DA LEI Nº 14.133/2021).....	136
→ CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 89 A 95 DA LEI Nº 14.133/2021)	136
→ DURAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 105 A 114 DA LEI Nº 14.133/2021).....	137
→ EXECUÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 115 A ART. 123 DA LEI Nº 14.133/2021)	137
→ ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (ART. 124 A 136 DA LEI Nº 14.133/2021).....	138
→ LEI Nº 13.303/2016 - DAS LICITAÇÕES (ARTS. 28 A 90).....	138
→ DESAPROPRIAÇÃO	138
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.527/2011)	139
→ DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO (ARTS. 6º A 9º DA LEI Nº 12.527/2011)	139
→ DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 10 A 20 DA LEI Nº 12.527/2011).....	139
→ DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 21 A 31 DA LEI Nº 12.527/2011)	140
→ GABARITO 	140

DIREITO PENAL.....143

→ CONCEITOS, OBJETO, TEORIAS E EVOLUÇÃO DO DIREITO PENAL	143
→ TENTATIVA (CRIME) (ART. 14, INCISO II E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CP).....	143
→ ARREPENDIMENTO POSTERIOR (ART. 16 DO CP).....	143
→ IMPUTABILIDADE PENAL (ARTS. 26 A 28 DO CP).....	144
→ CONCURSO DE PESSOAS (ARTS. 29 A 31 DO CP)	144
→ DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS (ARTS. 43 A 48 E 54 A 57 DO CP)	145
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 100 A 106 DO CP)	145
→ DA PRESCRIÇÃO (ARTS. 108 A 119 DO CP).....	145
→ HOMICÍDIO (ART. 121 DO CP)	146
→ DAS LESÕES CORPORAIS (ART. 129 DO CP).....	147
→ DOS CRIMES CONTRA A HONRA (ARTS. 138 A 145 DO CP)	147
→ DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL (ARTS. 146 A 149-A DO CP)	148
→ DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE DE DOMICÍLIO (ART. 150 DO CP)	148
→ DO FURTO (ARTS. 155 E 156 DO CP).....	148
→ DO ROUBO E DA EXTORSÃO (ARTS. 157 A 160 DO CP)	149


→ DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL E DA EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE SEXUAL (ARTS. 213 A 216-B DO CP).....	150
→ FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO (ART. 297 DO CP).....	150
→ FALSA IDENTIDADE (ARTS. 307 A 308 DO CP)	150
→ PECULATO (ART. 312 DO CP)	151
→ CONCUSSÃO E EXCESSO DE EXAÇÃO (ART. 316 DO CP)	151
→ CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317 DO CP).....	151
→ ADVOCACIA ADMINISTRATIVA (ART. 321 DO CP).....	152
→ GABARITO 	152

DIREITO PROCESSUAL PENAL..... 155

→ PROCESSO PENAL, SEUS SISTEMAS E PRINCÍPIOS.....	155
→ INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL.....	155
→ INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 DO CPP)	156
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 24 A 62 DO CPP)	156
→ DA AÇÃO CIVIL EX DELICTO (ARTS. 63 A 68 DO CPP)	157
→ CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DE COMPETÊNCIA	158
→ TEORIA GERAL DA PROVA PENAL (ARTS. 155 A 157 DO CPP)	158
→ DO EXAME DE CORPO DE DELITO, DA CADEIA DE CUSTÓDIA E DAS PERÍCIAS EM GERAL (ARTS. 158 A 184 DO CPP)	159
→ DAS TESTEMUNHAS (ARTS. 202 A 225 DO CPP).....	160
→ DA BUSCA E APREENSÃO (ARTS. 240 A 250 DO CPP).....	160
→ DO JUIZ (ARTS. 251 A 256 DO CPP)	160
→ DO ACUSADO E SEU DEFENSOR (ARTS. 259 A 267 DO CPP).....	161
→ DA PRISÃO EM FLAGRANTE (ARTS. 301 A 310 DO CPP)	161
→ DA PRISÃO PREVENTIVA (ARTS. 311 A 316 DO CPP)	162
→ DA LIBERDADE PROVISÓRIA, COM OU SEM FIANÇA (ARTS. 321 A 350 DO CPP).....	162
→ DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 351 A 372 DO CPP)	162
→ FASE POSTULATÓRIA (ARTS. 395 A 397 DO CPP).....	163
→ FASE DECISÓRIA E SENTENÇA PENAL (ARTS. 381 A 392 DO CPP)	163
→ PROCEDIMENTO DOS CRIMES DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI (ARTS. 406 A 497 DO CPP)	164
→ RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	164
→ DA APELAÇÃO (ARTS. 593 A 603 DO CPP)	164
→ DA REVISÃO CRIMINAL (ARTS. 621 A 631 DO CPP)	164
→ HABEAS CORPUS (ARTS. 647 A 667 DO CPP)	165
→ GABARITO 	165


DIREITO CIVIL..... 167

→ DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE (ARTS. 1º A 10)	167
→ DA AUSÊNCIA DAS PESSOAS NATURAIS (ARTS. 22 A 39)	167


→ DISPOSIÇÕES GERAIS - PESSOAS JURÍDICAS (ARTS. 40 A 52).....	168
→ DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	168
→ CLASSIFICAÇÃO DOS BENS (ARTS. 79 A 97).....	168
→ DA CONDIÇÃO, TERMO E ENCARGO (ARTS. 121 A 137) - ELEMENTOS ACIDENTAIS	169
→ DEFEITOS OU VÍCIOS DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 138 A 165).....	169
→ INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 166 A 184).....	170
→ PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA (ARTS. 189 A 211).....	170
→ DAS OBRIGAÇÕES DE DAR (ARTS. 233 A 246).....	170
→ DAS OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS (ARTS. 264 A 285)	171
→ DA NOVAÇÃO (ARTS. 360 A 367).....	171
→ PRINCÍPIOS CONTRATUAIS NO CÓDIGO CIVIL.....	171
→ DA COMPRA E VENDA (ARTS. 481 A 532)	172
→ DA DOAÇÃO (ARTS. 538 A 564)	172
→ DO EMPRÉSTIMO (ARTS. 579 A 592).....	173
→ DO TRANSPORTE (ARTS. 730 A 756).....	173
→ DA FIANÇA (ARTS. 818 A 839)	173
→ DA RESPONSABILIDADE CIVIL (ARTS. 927 A 954)	173
→ DA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL - USUCAPIÃO, ACESSÃO E REGISTRO (ARTS. 1.238 A 1.259)	174
→ DOS DIREITOS DE VIZINHANÇA (ARTS. 1.277 A 1.313)	174
→ DO CONDOMÍNIO EM MULTIPROPRIEDADE (ARTS. 1.358-B A 1.358-U)	175
→ DA SUPERFÍCIE (ARTS. 1.369 A 1.377).....	175
→ DO USUFRUTO (ARTS. 1.390 A 1.411)	175
→ DA HIPOTECA (ARTS. 1.473 A 1.505).....	176
→ DO CASAMENTO (ARTS. 1.511 A 1.582)	176
→ DA PROTEÇÃO DA PESSOA DOS FILHOS (ARTS. 1.583 A 1.590).....	176
→ DO REGIME DE BENS ENTRE OS CÔNJUGES (ARTS. 1.639 A 1.688).....	177
→ GABARITO 	177

DIREITO PROCESSUAL CIVIL..... 179

→ PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CIVIS (ARTS. 1º A 12 E CF/1988).....	179
→ DA COMPETÊNCIA INTERNA (ARTS. 42 A 69).....	179
→ DO LITISCONSÓRCIO (ARTS. 113 A 118).....	180
→ DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS (ARTS. 119 A 138)	180
→ DOS PRAZOS (ARTS. 218 A 235).....	181
→ DA TUTELA PROVISÓRIA (ARTS. 294 A 311)	182
→ DA PETIÇÃO INICIAL (ARTS. 319 A 331).....	182
→ DA PROVA DOCUMENTAL (ARTS. 405 A 438)	183
→ DA PROVA PERICIAL (ARTS. 464 A 480).....	183
→ DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA (ARTS. 485 A 508).....	184
→ DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA (ARTS. 513 A 538)	184

→ DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS (ARTS. 554 A 568).....	185
→ DA AÇÃO MONITÓRIA (ARTS. 700 A 702).....	186
→ DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA (ARTS. 719 A 770).....	186
→ DA EXECUÇÃO EM GERAL (ARTS. 771 A 796).....	186
→ DOS INCIDENTES DE ASSUNÇÃO E ARGUIÇÃO (ARTS. 947 A 950).....	187
→ DA AÇÃO RESCISÓRIA (ARTS. 966 A 975).....	187
→ DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (ARTS. 976 A 987).....	187
→ DISPOSIÇÕES GERAIS - RECURSOS (ARTS. 994 A 1.008).....	188
→ DO AGRAVO DE INSTRUMENTO (ARTS. 1.015 A 1.020).....	189
→ DOS RECURSOS PARA O STF E STJ (ARTS. 1.027 A 1.044).....	189
→ GABARITO 	190


LEI DE LICITAÇÕES.....191

→ DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO, DEFINIÇÕES E AGENTES PÚBLICOS (ARTS. 1º A 4º, 6º A 10 DA LEI Nº 14.133/2021).....	191
→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021).....	191
→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133/2021).....	192
→ INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO (ARTS. 18 A 27 DA LEI Nº 14.133/2021).....	192
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021).....	192
→ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (ARTS. 33 A 39 DA LEI Nº 14.133/2021).....	193
→ DISPOSIÇÕES SETORIAIS, COMPRAS, SERVIÇOS (ARTS. 40 A 52 DA LEI Nº 14.133/2021).....	193
→ FASES DA LICITAÇÃO - JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI Nº 14.133/2021).....	194
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021).....	194
→ INSTRUMENTOS AUXILIARES (ARTS. 78 A 88 DA LEI Nº 14.133/2021).....	195
→ CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 89 A 95 DA LEI Nº 14.133/2021).....	195
→ DURAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 105 A 114 DA LEI Nº 14.133/2021).....	196
→ EXECUÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 115 A ART. 123 DA LEI Nº 14.133/2021).....	196
→ ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (ART. 124 A 136 DA LEI Nº 14.133/2021).....	197
→ GABARITO 	197


ADMINISTRAÇÃO GERAL E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E OÇAMENTÁRIA..... 199

→ ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA - ORGANIZAÇÃO (INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO).....	199
→ ADMINISTRAÇÃO.....	199
→ PROCESSO ORGANIZACIONAL E FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	199
→ EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE.....	200
→ GOVERNANÇA PÚBLICA.....	200
→ ACCOUNTABILITY E TRANSPARÊNCIA.....	200

→ GOVERNO ELETRÔNICO.....	200
→ INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO (DIRETRIZES, PRINCÍPIOS, CARACTERÍSTICAS, ETAPAS, NÍVEIS).....	201
→ PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	201
→ ESTRATÉGIA E VANTAGEM COMPETITIVA.....	201
→ INDICADORES DE DESEMPENHO	201
→ BALANCED SCORECARD (BSC)	202
→ REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS (OSM).....	202
→ GESTÃO DE CONFLITOS.....	202
→ INTRODUÇÃO AO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL (DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS).....	202
→ CULTURA ORGANIZACIONAL.....	203
→ MOTIVAÇÃO.....	203
→ GRUPOS E EQUIPES DE TRABALHO	203
→ COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE GESTÃO	203
→ CONCEITO, PRINCÍPIOS, FUNDAMENTOS E EVOLUÇÃO DA QUALIDADE.....	204
→ QUALIDADE NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO	204
→ GESTÃO DO CONHECIMENTO	204
→ MARKETING	204
→ A ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS	205
→ GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	205
→ DESEMPENHO	205
→ BENEFÍCIOS E INCENTIVOS	205
→ TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO (TDEE).....	205
→ SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (SIG)	205
→ GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	205
→ AFO, DIREITO FINANCEIRO E CONTABILIDADE PÚBLICA - FUNÇÕES DE GOVERNO	206
→ TÉCNICAS/ESPÉCIES ORÇAMENTÁRIAS (ORÇAMENTO PROGRAMA, TRADICIONAL, PARTICIPATIVO, BASE ZERO, ETC).....	206
→ PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS	206
→ PPA - PLANO PLURIANUAL (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964).....	206
→ LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964).....	207
→ LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964).....	207
→ CRÉDITOS ADICIONAIS	207
→ CONCEITOS GERAIS (ORÇAMENTÁRIA E EXTRAORÇAMENTÁRIA, AFETAÇÃO PATRIMONIAL, REGULARIDADE, COERCITIVIDADE)	207
→ CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA DA RECEITA	207
→ ESTÁGIOS DA RECEITA PÚBLICA.....	207
→ CONCEITOS GERAIS SOBRE DESPESA PÚBLICA.....	207
→ CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA.....	208
→ ESTÁGIOS DA DESPESA PÚBLICA.....	208
→ DÍVIDA FUNDADA E DÍVIDA FLUTUANTE - CONCEITOS GERAIS.....	208

→ RESTOS A PAGAR (RAP).....	208
→ REGIME DE ADIANTAMENTO	208
→ PROGRAMAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	208
→ SIAFIC (DECRETO Nº 10.540/2020).....	208
→ GABARITO 	209

REDAÇÃO OFICIAL.....211

→ DEFINIÇÃO E ATRIBUTOS DA REDAÇÃO OFICIAL.....	211
→ CONCEITOS, USO E CONCORDÂNCIA (PRONOMES DE TRATAMENTO).....	211
→ VOCATIVOS	211
→ FECHOS E IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO	212
→ DEFINIÇÃO DE PADRÃO OFÍCIO E DOCUMENTOS.....	212
→ PARTES DO DOCUMENTO (PADRÃO OFÍCIO)	212
→ EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E MENSAGEM	212
→ CORREIO ELETRÔNICO (REDAÇÃO OFICIAL).....	213
→ JULGAMENTO DE TRECHOS QUANTO À CORREÇÃO (RED. OFICIAL)	213
→ LEI COMPLEMENTAR Nº 95/1998 - ATOS NORMATIVOS.....	213
→ ORTOGRAFIA E GRAMÁTICA (REDAÇÃO OFICIAL).....	214
→ GABARITO 	214

LÍNGUA PORTUGUESA

→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS

1. (VUNESP – 2023) Assinale a alternativa em que a frase está em conformidade com a ortografia da língua portuguesa.

- a) A exitação das crianças é compreensível justamente pela pouca idade delas.
- b) A alça do cesto vinha de baixo dele e não das bordas como em cestos comuns.
- c) De uma aldeia não era possível visualizar o que estava acontecendo na outra.
- d) A susseção de acontecimentos naquela noite hoje não passa de lembrança.
- e) A choradera era uma demonstração de recusa que os pais não aceitavam.

2. (VUNESP – 2023) Texto

Bondes elétricos (segunda parte)

De repente ouvi vozes estranhas, pareceu-me que eram os burros que conversavam, inclinei-me (ia no banco da frente); eram eles mesmos. Como eu conheço um pouco a língua dos Houyhnhnms, pelo que dela conta o famoso Gulliver, não me foi difícil apanhar o diálogo. Fiquei inclinado e escutei:

– Tens e não tens razão, respondia o da direita ao da esquerda. O da esquerda:

– Desde que a tração elétrica se estenda a todos os bondes, estamos livres, parece claro.

– Claro parece; mas entre parecer e ser, a diferença é grande. Tu não conheces a história da nossa espécie, colega; ignoras a vida dos burros desde o começo do mundo. Tu nem refletas que, tendo o salvador dos homens nascido entre nós, honrando a nossa humildade com a sua, nem no dia de Natal escapamos da pancadaria cristã. Quem nos poupa no dia, vinga-se no dia seguinte.

– Que tem isso com a liberdade?

– Vejo, redargui melancolicamente o burro da direita, vejo que há muito de homem nessa cabeça.

– Como assim? Bradou o burro da esquerda estacando o passo.

O cocheiro, entre dois cochilos, juntou as rédeas e golpeou a parrelha.

– Sentiste o golpe? Perguntou o animal da direita. Fica sabendo que, quando os bondes entraram nesta cidade, vieram com a regra de se não empregar chicote. Espanto universal dos cocheiros: onde é que se viu burro andar sem chicote? Todos os burros desse tempo entoaram cânticos de alegria e abençoaram a ideia dos trilhos, sobre os quais os carros deslizariam naturalmente. Não conheciam o homem.

(Machado de Assis. Crônicas escolhidas de Machado de Assis. São Paulo: Ática, 1994. Adaptado)

Estão grafados em conformidade com a norma-padrão de ortografia e acentuação todos os vocábulos da alternativa

- a) Ao ouvir o outro dizer que ele raciocinava feito um homem, o burro ficou paralizado.
- b) Para garantir a liberdade dos animais de carga, é imprescindível que haja tecnologia.
- c) Os burros crêem que estarão livres quando todos os bondes forem de tração elétrica.
- d) Os homens têm obsessão pela tecnologia, mas não pensam no bem-estar dos animais.
- e) O burro estava hesitante diante da possibilidade de se ver livre do chicote dos homens.

3. (VUNESP – 2023) Leia o texto para responder à questão.

Ainda decorrente da opção teórica geral do documento, que considera a língua numa perspectiva enunciativo-discursiva, cabe uma última palavra sobre a reflexão linguística-semiótica: além da continuidade do estudo da ortografia, pontuação e acentuação em suas regularidades e irregularidades, são aprofundados, progressivamente, os estudos que regem a língua dentro da norma padrão. Mas é importante ressaltar que esses devem estar articulados aos outros eixos de aprendizagem. Isso significa que o estudo da língua deve se colocar a favor da construção do sentido, do reconhecimento das estratégias do dizer.

(Currículo Paulista – Língua Portuguesa, p. 127)

Com o intuito de cumprir o que indica o Currículo Paulista no que se refere ao desenvolvimento de habilidades ortográficas, são palavras que permitiriam o estudo das regularidades em Língua Portuguesa:

- a) mau, maldade, maltês.
- b) jerimum, geleia, horta.
- c) anjo, angelical, massagem.
- d) exceção, táxi, máximo.
- e) forro, campestre, cantam.

4. (VUNESP – 2022) Assinale a alternativa em que todas as palavras estão corretamente grafadas.

- a) Um parecer abalisado deve ser solicitado afim de dirimir as dúvidas.
- b) Pode-se considerar excessão haver processos paralizados nesse setor.
- c) O solo excessivamente umidecido não favorece o plantio desse tipo de milho.
- d) Não se considera privilégio o bônus, já que é concessão por mérito.
- e) Desafetos desde a juventude, os parlamentares se degladiam durante as seções da Câmara.

MATEMÁTICA, ESTATÍSTICA E RLM

→ ESTATÍSTICA - MÉDIA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS

1. (VUNESP – 2024) A tabela mostra o número de funcionários que trabalham em cada um dos 4 setores de uma empresa.

SETOR	NO DE FUNCIONÁRIOS
A	16
B	21
C	18
D	9

Essa empresa criou um novo setor E, para o qual foram contratados determinado número de novos funcionários.

Após essas contratações, a média aritmética do número de funcionários desses 5 setores ficou 2 unidades a menos do que a média aritmética dos 4 setores iniciais.

O número de novos funcionários contratados para o setor E foi

- a) 5.
- b) 4.
- c) 6.
- d) 3.
- e) 2.

→ MÉDIA PONDERADA

2. (VUNESP – 2024) A tabela apresenta informações a respeito do número de colaboradores que recebem salários de R\$ 1.500,00 ou de R\$ 2.000,00 em uma empresa:

Quantidade de colaboradores e salários pagos

NÚMERO DE COLABORADORES	SALÁRIO RECEBIDO
11	R\$ 1.500,00
	R\$ 2.000,00

Sabendo-se que a média aritmética simples dos salários recebidos por esses colaboradores é de R\$ 1.725,00, o total dos salários pagos aos colaboradores que recebem R\$ 2.000,00 é igual a

- a) R\$ 18.000,00.
- b) R\$ 20.000,00.
- c) R\$ 22.000,00.
- d) R\$ 24.000,00.
- e) R\$ 26.000,00.

→ PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA

3. (VUNESP – 2025) Uma turma é formada por 24 alunos, entre eles os irmãos Tales e Teodoro. Esses 24 alunos serão divididos ao acaso em 6 grupos, cada grupo com 4 alunos.

A probabilidade de esses irmãos ficarem no mesmo grupo é

- a) $\frac{3}{23}$
- b) $\frac{7}{17}$
- c) $\frac{4}{11}$
- d) $\frac{8}{23}$
- e) $\frac{2}{11}$

4. (VUNESP – 2025) Sorteando-se ao acaso um número natural de 1 até 2 025, a probabilidade de que ele seja múltiplo de 5, mas que não seja divisível por 3, é igual a:

- a) $\frac{3}{25}$
- b) $\frac{4}{26}$
- c) $\frac{3}{20}$
- d) $\frac{1}{8}$
- e) $\frac{2}{15}$

→ CÁLCULO DE PROBABILIDADES USANDO ANÁLISE COMBINATÓRIA

5. (VUNESP – 2025) Considere todos os anagramas da palavra FORTE. Escolhendo-se aleatoriamente um desses anagramas, a probabilidade de que ele comece com as letras RT, nessa ordem, é igual a

- a) $\frac{1}{10}$.
- b) $\frac{1}{15}$.
- c) $\frac{1}{20}$.
- d) $\frac{1}{25}$.
- e) $\frac{1}{30}$.

6. (VUNESP – 2022) Seja P o conjunto de permutações da sequência 1, 3, 6, 9, 12 para as quais o primeiro termo é diferente de 1. Sorteando-se aleatoriamente uma dessas sequências, a probabilidade de que o segundo termo seja 3 é igual a $\frac{p}{q}$ com $p, q \in \mathbb{N}^+$ e $\text{mdc}(p, q) = 1$. Sendo assim, $q - p$ é igual a

- a) 13.
- b) 15.

INFORMÁTICA

→ MEMÓRIAS (RAM, ROM, CACHE, HD ETC.)

1. (VUNESP – 2024) Um técnico de informática está investigando um computador de um usuário, que tem Microsoft Windows 10, em sua configuração original, que não consegue abrir alguns aplicativos. Como parte das tarefas de manutenção de computadores, esse técnico decidiu executar dois comandos no prompt de comando do Windows. O primeiro, que pesquisa por setores defeituosos no disco rígido, e que pode estar ocasionalmente causando essa falha. Se o problema não for solucionado, o segundo comando irá reorganizar e otimizar os arquivos no disco rígido, desfragmentando o disco.

Assinale a alternativa com o nome desses comandos.

- a) chkdsk, defrag
- b) systeminfo, chkdsk
- c) taskkill, defrag
- d) chkdsk, format
- e) taskkill, chkdsk

2. (VUNESP – 2023) Existe um tipo de memória volátil normalmente utilizada em cache da CPU (por exemplo, nos níveis L1, L2 e L3 de cache dos microprocessadores), bem como em buffer/cache de discos.

Esse tipo de memória é a

- a) DDRAM.
- b) DRAM.
- c) SRAM.
- d) SRAM.
- e) DROM.

3. (VUNESP – 2023) Um dispositivo de armazenamento de dados que cada vez mais vem sendo utilizado nos computadores é o que usa a tecnologia SSD (Solid State Drive). Assinale a alternativa que apresente uma afirmação correta sobre esses dispositivos.

- a) A desfragmentação, comumente empregada nos HDs (hard drives), é inútil nos SSDs.
- b) Os SSDs só permitem formatação completa, ao contrário dos HDs (hard drives).
- c) Os HDs (hard drives) podem ser utilizados mesmo em versões mais antigas do sistema operacional Windows, enquanto que os SSDs são compatíveis com versões a partir do Windows 10.
- d) Os SSDs precisam ter as suas áreas vazias limpas periodicamente, para liberar mais espaço de armazenamento.
- e) Os SSDs não podem ser formatados pelo usuário, pois já vêm formatados pelo fabricante.

4. (VUNESP – 2023) Em algumas situações, é necessário preservar dados de alguma fonte em algum tipo de armazenamento externo para backup, enquanto se faz uma análise do material original.

Assinale a alternativa que apresenta apenas tipos de armazenamento exclusivamente externo não volátil que podem ser aplicados para a situação descrita no enunciado.

- a) Pendrive, fita LTO e CD.
- b) HD, Memória RAM e DVD.
- c) Cartão de memória, Memória RAM e HD.
- d) HD, CD e SRAM.
- e) Memória ROM, DRAM e MicroSSD.

5. (VUNESP – 2022) Comparando-se as unidades de armazenamento externo para computadores de tecnologia HD e SSD, tem-se que, tipicamente,

- a) o SSD é mais sensível às vibrações do computador (ventilador, digitação etc.) do que os HDs.
- b) os SSDs permitem transferência de dados com maior rapidez do que os HDs.
- c) o custo por bit de armazenamento dos HDs é mais alto do que o dos SSDs.
- d) os HDs, mesmo possuindo partes móveis, são mais resistentes, pois possuem redundância, o que não ocorre com os SSDs.
- e) a vida útil média de um HDs é de 3 000 ciclos de gravação, enquanto que a de um SSD é de 200 000 ciclos.

→ WINDOWS 10

6. (VUNESP – 2025) Por meio do Explorador de Arquivos do MS-Windows 10, ambos em configuração padrão, um usuário consultou o conteúdo de duas pastas locais de seu computador, conforme descrito a seguir.

– Pasta PastaA, contendo 4 arquivos: arquivo2.txt, arquivo3.txt, arquivo4.txt e arquivo5.txt.

– Pasta PastaB, contendo 3 arquivos: arquivo1.txt, arquivo3.txt e arquivo4.txt.

O usuário selecionou os arquivos arquivo3.txt e arquivo5.txt da pasta PastaA e pressionou o atalho por teclado Ctrl + C. Em seguida, selecionou os arquivos arquivo2.txt e arquivo4.txt da pasta PastaA e pressionou o atalho por teclado Ctrl + C. Por fim, acessou a pasta PastaB, selecionou o arquivo arquivo4.txt e pressionou o atalho por teclado Ctrl + V.

Considerando que o usuário tem todas as permissões e confirmou todas as mensagens substituindo arquivos em caso de necessidade, o número de arquivos que estão na pasta PastaB, após todas as ações descritas, é

DIREITO CONSTITUCIONAL

→ DIREITO CONSTITUCIONAL: CONCEITO E FONTES. ESTADO, POVO, TERRITÓRIO, ETC.

1. (VUNESP – 2023) Sobre o princípio do Estado de Direito, assinale a alternativa correta.

- a) Como não foi previsto na Constituição Federal, tem-se que o princípio geral da segurança jurídica não se constitui como elemento da noção de Estado de Direito.
- b) A noção de Estado material de Direito é completamente o oposto da ideia de Estado formal de Direito.
- c) Pode-se afirmar que o princípio do Estado de Direito é um princípio constitutivo, de natureza material, procedimental e formal.
- d) O Estado de Direito em sentido material se configura por meio da garantia de separação dos poderes.
- e) Atualmente, entende-se que Estado de Direito e Estado Democrático são noções diferentes, uma vez que congregam elementos formais distintos.

→ CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, ESTRUTURA, SUPREMACIA E CLASSIFICAÇÃO

2. (VUNESP – 2025) A distinção entre normas formal e materialmente constitucionais, para parte da doutrina, traz consigo alguns desafios, pois a indicação do que deva ser o objeto de uma Constituição varia de acordo com a percepção de cada um sobre o papel do Estado, o modo como ele deve ser estruturado e se relacionar com a sociedade. A respeito da classificação das constituições e normas constitucionais, no sistema jurídico brasileiro, é correto afirmar que

- a) as normas formalmente constitucionais também formam o corpo da Constituição brasileira, que é rígida, e se submetem ao procedimento diferenciado de mudança.
- b) as normas constitucionais da antiga Constituição são recepcionadas pela nova Constituição, quando materialmente compatíveis com a nova ordem constitucional.
- c) as constituições não escritas adotam, em regra, como parâmetro para o controle de constitucionalidade, as normas formalmente constitucionais.
- d) as normas previstas no ADCT não estão no mesmo nível hierárquico das demais normas constitucionais.
- e) o constituinte brasileiro adotou o modelo de constituição- garantia (estatutária), de modo que integram o núcleo material da constituição prioritariamente os direitos fundamentais de primeira dimensão.

→ EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

3. (VUNESP – 2024) No âmbito da chamada reforma tributária, a Constituição Federal foi emendada para prever a criação de um Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, cabendo à lei complementar, entre outros assuntos, dispor sobre a forma como os Estados, o Distrito Federal e os Municípios serão representados, de forma paritária, na instância máxima de deliberação do Comitê. Nesse contexto, é correto afirmar que, se não proposta a lei complementar prevista na Constituição:

- a) poderá ser proposta perante o Supremo Tribunal Federal Ação Direta de Inconstitucionalidade em razão da omissão perante norma constitucional de eficácia limitada de princípio institutivo e de caráter impositivo.
- b) os Estados, Distrito Federal e Municípios poderão arbitrar entre si, mediante convênio, acerca da participação no referido Comitê, ainda que em violação aos princípios estabelecidos no texto constitucional.
- c) não poderá ser exercido o direito de representação dos entes subnacionais no referido Comitê, por se tratar de norma constitucional de eficácia plena, a qual prevê expressamente para sua eficácia a necessidade de regulamentação.
- d) caberá ao Poder Judiciário suprir a lacuna do legislador, aprovando, mediante resolução do Conselho Nacional de Justiça, norma com o conteúdo mínimo necessário para a eficácia da norma constitucional, a qual poderá ser modificada por lei posterior.
- e) deverá ser proposto pelo Procurador Geral de Justiça o devido mandado de injunção perante o Superior Tribunal de Justiça, contra a União Federal, em razão da sua omissão no exercício do poder de iniciativa legal.

→ PODER CONSTITUINTE (ORIGINÁRIO, DERIVADO, REFORMADOR, REVISOR, DECORRENTE, ETC)

4. (VUNESP – 2023) A respeito das Emendas à Constituição, é correto afirmar que

- a) não podem dispor sobre direitos fundamentais.
- b) não podem dispor sobre as regras constitucionais que regulam o processo de modificação da Constituição.
- c) não podem ser objeto de ações diretas de inconstitucionalidade.
- d) decorrem do exercício do poder constituinte derivado decorrente.
- e) serão promulgadas pelo Presidente da República.

DIREITOS HUMANOS

→ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH)

1. (VUNESP – 2023) A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 11, traz aspectos relativos aos atos delituosos. De acordo com a Declaração, todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas

- a) as penas relativas ao seu ato.
- b) a sua honra e a moral.
- c) as garantias à sua defesa.
- d) as acessibilidades aos julgamentos.
- e) as perspectivas de conquistas econômicas.

2. (VUNESP – 2022) A Declaração Universal dos Direitos Humanos considera que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo. O artigo 7º da referida Declaração versa sobre a questão de que todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei.

Todos têm direito a igual proteção contra

- a) reclusão.
- b) informação.
- c) destituição.
- d) discriminação.
- e) remoção.

3. (VUNESP – 2022) Nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é correto afirmar que

- a) todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais e internacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais, que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.
- b) todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal internacional independente e imparcial, para decidir seus direitos e deveres ou fundamento de qualquer acusação administrativa, civil e criminal contra ele.
- c) todo ser humano acusado de um ato delituoso ou não tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público em Tribunal Internacional no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.
- d) ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituía delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte de que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.
- e) ninguém será sujeito à interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência nem a ataque à sua honra e reputação, exceto por determinação legítima do Estado.

→ AGENDA 2030 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

4. (VUNESP – 2023) ODS é uma sigla que indica parte da chamada “Agenda 2030”, pacto global assinado no contexto da Cúpula das Nações Unidas em 2015, pelos 193 países membros.

Seu significado indica

- a) Organização em Defesa Social.
- b) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- c) Organismo de Difusão do Sul-Global.
- d) Ocidente Democrático em Sistema.
- e) Orientações para Decolonização das Sociedades.

5. (VUNESP – 2023) No centro da Agenda 2030 estão os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS universais, transformadores e inclusivos, conforme prevê o documento da Unesco (2017) mencionado no enunciado, descrevem

- a) os mecanismos para abolir o efeito estufa.
- b) os principais desafios de desenvolvimento para a humanidade.
- c) os propósitos fundamentais de uma educação meritocrática.
- d) a revitalização dos modos de produção primitivos.
- e) a ecologia social de uma sociedade sustentável, sem produção capitalista.

→ DEVERES DOS ESTADOS E DIREITOS PROTEGIDOS (ARTS. 1º A 32 DA CADH-OAS)

6. (VUNESP – 2023) De acordo com a Convenção Americana dos Direitos Humanos,

- a) não se deve impor a pena de morte a pessoa que, no momento da perpetração do delito, for menor de vinte e um anos.
- b) a pena pode passar da pessoa do delinquente, mas apenas diante de expressa e prévia disposição legal.
- c) não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que já a aboliram.
- d) a pena de morte não pode ser aplicada por delitos políticos, mas se a admite por delitos comuns conexos com delitos políticos.
- e) as penas privativas da liberdade devem ter por finalidade essencial a proteção social.

7. (VUNESP – 2022) É um instrumento internacional entre os países-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) e que foi subscrito durante a Conferência Especializada Interamericana de Direitos Humanos, em 22 de novembro de 1969. Entrou em vigor em 18 de julho de 1978, sendo atualmente uma das bases do sistema interamericano de proteção dos

DIREITO ADMINISTRATIVO

→ ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (VUNESP – 2022) Segundo a doutrina, a definição de Estado em seu conceito amplo é premissa para a melhor compreensão dos institutos do Direito Administrativo. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- a) O Estado Brasileiro adotou a teoria da dupla personalidade, mantendo a personalidade de direito público, quando atua no campo do direito público, e a de direito privado, quando atua no campo do direito privado.
- b) O Estado é composto por dois elementos originários e indissolúveis: o povo, que representa o elemento humano, e o território, que é a sua base física.
- c) A vontade estatal se manifesta por meio dos poderes administrativos, que são prerrogativas que a administração possui para a persecução do interesse público.
- d) As funções do Estado podem divididas entre função típica, aquela para a qual o Poder foi criado, e função atípica, que é secundária.
- e) Função pública, no âmbito jurídico pátrio, é a atividade exercida em nome e no interesse do Estado Brasileiro.

2. (VUNESP – 2022) Corresponde à atividade que fixa objetivos do Estado ou conduz politicamente os negócios públicos.

É correto afirmar que o enunciado se refere ao conceito de

- a) Poderes.
- b) Estado.
- c) Soberania.
- d) Autonomia.
- e) Governo.

3. (VUNESP – 2022) A respeito das origens e bases ideológicas do Direito Administrativo, é correto afirmar que

- a) suas origens repousam na Revolução Americana de 1776, com a criação da primeira Constituição escrita, na qual foram reconhecidos direitos e garantias dos cidadãos contra o poder ilimitado do Estado.
- b) estão intimamente conectadas ao surgimento do princípio da separação de poderes, como estratégia de limitação do exercício do poder estatal, evitando-se a sua acumulação em um mesmo órgão.
- c) vinculam-se à revolução neoclássica ocorrida no início do século XX, a partir dos estudos de Alfred Marshall e León Duguit, por meio dos quais se conformaram as principais noções de Administração Pública vigentes até hoje.

- d) representaram uma concessão graciosa e voluntária do Estado aos reclamos sociais por maior controle do Poder Executivo, passando este a se autovincular a uma nova ordem normativa como justificativa política para exercício do seu Poder.

→ REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO

4. (VUNESP – 2023) O princípio da indisponibilidade do interesse público veda ao Administrador Público dispor livremente sobre os interesses da coletividade. Com base neste princípio, é possível afirmar que merece censura, sendo potencialmente ilegal, a conduta do Administrador Público que

- a) submeta à arbitragem litígio envolvendo a Administração Pública e Concessionário de Serviço Público cujo contrato contenha cláusula compromissória.
- b) proponha a celebração de acordo de leniência com empresa que tenha praticado ato lesivo à Administração Pública.
- c) proponha a doação de bem público de uso comum a determinada empresa multinacional economicamente consolidada, em razão de promessa do empresário de geração de negócios e renda.
- d) autorize a dispensa de licitação para contratação direta do fornecedor original de peças necessárias à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, quando indispensável para a vigência desta.
- e) autorize a celebração de contrato de gestão com organização social, entidade de natureza privada sem fins lucrativos, precedido de chamamento público, para operação e administração de determinado Hospital Municipal.

5. (VUNESP – 2023) O processo de constitucionalização do direito produziu, ao longo das últimas duas décadas, uma profunda rediscussão das bases dogmáticas dos ramos do direito. Isso se deu não apenas em função da inserção de inúmeros temas da vida no corpo da própria Constituição Federal, como também em virtude da reinterpretação dos

institutos jurídicos em decorrência da supremacia formal e material da Constituição, que foi construída a partir de um paradigma democrático e que delegou aos direitos fundamentais um papel central na ordem jurídica.

Sobre os impactos desse processo no regime jurídico-administrativo, é correto afirmar que

- a) a supremacia do interesse público, a despeito de ter a estrutura de princípio jurídico, não pode ser ponderada com outros bens constitucionalmente tutelados.
- b) o interesse público deve ser identificado com a vontade do gestor público, como uma consequência do princípio democrático.

DIREITO PENAL

→ CONCEITOS, OBJETO, TEORIAS E EVOLUÇÃO DO DIREITO PENAL

1. (VUNESP – 2023) Teoria do Delito: especificamente com relação ao elemento subjetivo do tipo penal, o CP prevê a possibilidade de

- a) punibilidade e culpabilidade.
- b) tentativa e consumação.
- c) causa independente e causa relativamente independente.
- d) ação e omissão.
- e) dolo e culpa.

2. (VUNESP – 2022) A respeito das escolas penais do Direito Penal, assinale a alternativa correta.

- a) A escola Clássica é caracterizada pela finalidade utilitarista da pena, o livre arbítrio do indivíduo, sendo o crime considerado um fenômeno social.
- b) A escola Positivista é caracterizada pela finalidade retributiva da pena, o livre arbítrio do indivíduo, sendo o crime considerado uma violação ao direito.
- c) A escola Clássica é caracterizada pela finalidade utilitarista da pena, o determinismo, sendo o crime considerado um fenômeno social.
- d) A escola Positivista é caracterizada pela finalidade utilitarista da pena, o determinismo, sendo o crime considerado uma violação ao direito.
- e) A escola Clássica é caracterizada pela finalidade retributiva da pena, o livre arbítrio do indivíduo, sendo o crime considerado uma violação ao direito.

3. (VUNESP – 2022) A escola penal em referência pode ser considerada o nascedouro dos princípios da proporcionalidade da sanção penal e da legalidade. Para os representantes dessa escola penal o crime é um conceito meramente jurídico. A responsabilização penal é calcada na ideia do livre arbítrio, assumindo a pena caráter meramente retributivo. A escola penal retratada é:

- a) Escola Positivista.
- b) Escola Correcionalista.
- c) Escola Clássica.
- d) Escola Técnico-Jurídica.
- e) Terceira-Escola.

→ TENTATIVA (CRIME) (ART. 14, INCISO II E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CP)

4. (VUNESP – 2022) Assinale a alternativa que exemplifica tentativa incruenta.

- a) João, com intuito de cegar José, desfere golpes contra ambos os olhos, mas apenas um deles é atingido.

- b) João, com intuito de matar, dispara todos os projéteis de arma de fogo contra José, mas nenhum deles acerta o corpo da vítima, sendo João detido ainda na cena do crime.
- c) João, com intuito de matar, administra veneno a José, mas se arrepende, leva José até o hospital e este sobrevive, sofrendo apenas leve irritação estomacal.
- d) João, com intuito de matar, administra veneno a José, mas este sobrevive sofrendo apenas lesões estomacais.
- e) João, com intuito de matar, dispara três projéteis de arma de fogo contra José, um deles atinge a vítima, mas João é impedido por terceiros de disparar o resto dos projéteis.

5. (VUNESP – 2022) Quando, iniciada a execução, o crime não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente, é correto afirmar que houve

- a) tentativa.
- b) erro sobre elemento do tipo.
- c) erro sobre a ilicitude do fato.
- d) omissão penalmente relevante.
- e) superveniência de causa independente.

6. (VUNESP – 2022) Imagine que um determinado sujeito foi condenado por crime que tem pena mínima de 2 anos e máxima de 4 anos. Ocorre que o juiz reconheceu a modalidade tentada. Considerando que a fixação de pena, nesse caso, obedece à regra do parágrafo único do art. 14 do CP, assinale a alternativa que apresenta, correta e respectivamente, a pena mínima e a máxima a que o condenado estará sujeito.

- a) 8 meses; 2 anos e 8 meses.
- b) 1 ano e 4 meses; 1 ano e 8 meses.
- c) 1 ano; 2 anos.
- d) 1 ano e 4 meses; 4 anos.
- e) 2 anos; 2 anos e 8 meses.

→ ARREPENDIMENTO POSTERIOR (ART. 16 DO CP)

7. (VUNESP – 2024) Assinale a alternativa que traz alguns requisitos e/ou características do arrependimento posterior.

- a) Primariedade do agente; restituição da coisa até o oferecimento da denúncia.
- b) Impropriedade absoluta do objeto; o agente só responde pelos atos praticados.
- c) O agente impede que o resultado se produza; o agente só responde pelos atos praticados.
- d) O agente, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução; redução de pena de um a dois terços.
- e) Crime cometido sem violência ou grave ameaça a pessoa; reparação do dano por ato voluntário do agente até o recebimento da denúncia ou da queixa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

→ PROCESSO PENAL, SEUS SISTEMAS E PRINCÍPIOS

1. (VUNESP – 2023) O sistema processual penal acusatório antagoniza o sistema inquisitivo, entre outras razões, por

- a) adotar a prevalência das regras constitucionais sobre as regras legais.
- b) determinar a participação do magistrado na discussão do acordo de não persecução penal.
- c) prever a necessidade de reexame necessário em caso de absolvição.
- d) possibilitar a decretação da prisão de ofício.
- e) vedar a substituição probatória do órgão de acusação pelo juiz.

2. (VUNESP – 2022) Na evolução do direito processual penal, percebe-se a influência de outros ramos do direito. O _____ deu uma atenção ao aspecto subjetivo do crime, combateu a vingança privada, humanizou as penas, reprimiu o uso de ordálias e introduziu as penas privativas de liberdade em substituição às patrimoniais.

É correto afirmar que o ramo do direito que corretamente completa o enunciado é:

- a) Direito Americano
- b) Direito Romano
- c) Direito Germânico
- d) Direito Francês
- e) Direito Canônico

3. (VUNESP – 2022) A respeito das disposições constitucionais aplicadas ao Direito Processual Penal, é correto afirmar que

- a) o princípio do contraditório, que garante a oportunidade de manifestação sobre todos os atos do processo, é exclusivo à defesa, não se aplicando à acusação.
- b) o princípio da publicidade assegura que os atos processuais sejam públicos, excepcionada unicamente a hipótese de preservar a intimidade do acusado.
- c) a autodefesa, uma das formas de concretização do princípio da ampla defesa, é garantia indisponível, sendo nulo o processo em que não foi exercida pelo réu.
- d) o princípio do juiz natural garante que o acusado seja julgado por juiz determinado por regras de fixação de competência editadas antes do fato criminoso.
- e) o princípio do favor rei consagra que a dúvida relativa à prova favorece à sociedade, implicando a condenação do réu.

4. (VUNESP – 2022) A respeito do princípio do contraditório, é correto afirmar que

- a) não tem previsão expressa na Constituição Federal, decorrendo de tratados e convenções interacionais a que o Brasil ratificou.
- b) aplica-se somente aos processos judiciais, sendo incabível nos procedimentos administrativos, inclusive no inquérito policial.
- c) garante o direito à informação, seja por intermédio da citação ou da intimação, a fim de que se possa efetivamente participar do processo e do procedimento instaurados.
- d) tem aplicabilidade apenas à defesa, não se cogitando o princípio do contraditório à acusação.
- e) garante que o acusado participe da audiência de instrução, impedindo sua retirada da sala de audiências, nas situações em que a testemunha se disser intimidada com a presença, obrigando a suspensão do ato e posterior realização de forma remota.

→ INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL

5. (VUNESP – 2023) A lei processual penal aplicar-se-á prontamente,

- a) desde que haja concordância da defesa e do órgão de acusação.
- b) desde que ratificados expressamente os atos praticados na vigência da lei anterior.
- c) sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- d) desde que favoreça o acusado.
- e) a menos que o magistrado verifique situação de exclusão de direito de recurso do acusado.

6. (VUNESP – 2022) No que concerne à interpretação e aplicação da Lei Processual Penal, é correto afirmar que o Código de Processo Penal

- a) admite apenas a aplicação da interpretação extensiva.
- b) admite a aplicação analógica.
- c) admite apenas a aplicação da interpretação analógica.
- d) não admite a aplicação da analogia e dos princípios gerais de direito.
- e) admite expressamente a interpretação autêntica.

DIREITO CIVIL

→ DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE (ARTS. 1º A 10)

1. (VUNESP – 2024) Quanto à morte presumida, é correto afirmar:

- a) produz os mesmos efeitos da morte real.
- b) só pode ser declarada se houver prévia decretação de ausência.
- c) só pode ser declarada se houver prévia decretação de ausência e abertura da sucessão definitiva.
- d) se inexistir prévia decretação de ausência, só pode ser declarada se comprovada a presença do presumidamente morto em catástrofe, não sendo possível localizar o cadáver.

2. (VUNESP – 2023) De acordo com o Código Civil, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil

- a) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- b) os menores de 16 (dezesesseis) anos.
- c) os ébrios habituais e os viciados em tóxico.
- d) os pródigos.

3. (VUNESP – 2023) Francisca, com 16 anos de idade, deseja vender um imóvel que recebeu como herança de seus pais. Entretanto, sua avó, Ana, alega que Francisca é absolutamente incapaz e, portanto, não possui capacidade para realizar tal negócio. Diante dessa situação, considerando as normas do Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Francisca, por ser maior de 16 anos e menor de 18 anos, é considerada relativamente incapaz, não podendo realizar nenhum ato jurídico.
- b) Francisca, por ter 16 anos de idade, é considerada absolutamente capaz, podendo realizar a venda do imóvel recebido como herança sem qualquer restrição legal.
- c) Francisca, por ser menor de 18 anos, é considerada absolutamente incapaz, não podendo realizar nenhum ato jurídico.
- d) Francisca, por ter 16 anos de idade completos, é considerada relativamente incapaz, podendo realizar a venda do imóvel recebido como herança nos termos da lei.
- e) Francisca, por ter 16 anos completos, embora seja considerada absolutamente incapaz, poderá realizar a venda do imóvel recebido como herança.

→ DA AUSÊNCIA DAS PESSOAS NATURAIS (ARTS. 22 A 39)

4. (VUNESP – 2025) Eduardo foi declarado ausente judicialmente, após ter desaparecido sem deixar notícias. Em razão de sua ausência, seus bens foram arrecadados e o juiz nomeou um curador para a administração deles, determinando a

publicação de editais em conformidade com a lei. Após um ano de publicação dos editais, seus herdeiros legítimos requerem a abertura da sucessão provisória. Passados cinco anos, um dos herdeiros solicita a conversão da sucessão provisória em definitiva. Considerando o caso hipotético narrado, assinale a alternativa correta.

- a) No caso de conversão da sucessão provisória em definitiva, os sucessores provisórios serão automaticamente considerados proprietários definitivos dos bens de Eduardo, extinguindo-se qualquer possibilidade de reivindicação futura.
- b) Após o pedido de abertura da sucessão provisória, a citação pessoal do curador é dispensável, bastando a citação dos herdeiros e a intimação do Ministério Público.
- c) A abertura da sucessão provisória só poderia ter sido requerida após três anos de publicações de editais, contados da arrecadação dos bens de Eduardo.
- d) Caso Eduardo ou um descendente seu retorne posteriormente e requeira a entrega dos bens, o juiz deverá permitir que os sucessores provisórios ou definitivos, o Ministério Público e a Fazenda Pública, contestem o pedido, conforme o procedimento comum.
- e) Findo o prazo de um ano dos editais, o juiz deverá converter automaticamente a sucessão provisória em sucessão definitiva.

5. (VUNESP – 2023) O juiz declarará a ausência de pessoa que desapareça do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens. Sobre a ausência, é correto afirmar que

- a) decorridos três anos da arrecadação dos bens do ausente, ou se ele deixou representante ou procurador, em se passando dois anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.
- b) o cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicialmente, ou de fato por mais de um ano antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.
- c) a sentença que determinar a abertura da sucessão provisória só produzirá efeito com o trânsito em julgado; mas, com a publicação pela imprensa, proceder-se-á à abertura do testamento, se houver, e ao inventário e partilha dos bens, como se o ausente fosse falecido.
- d) não comparecendo herdeiro ou interessado para requerer o inventário até trinta dias depois de passar em julgado a sentença que mandar abrir a sucessão provisória, proceder-se-á à arrecadação dos bens do ausente.

6. (VUNESP – 2023) Lucas, residente no Brasil, embarcou em uma viagem para o exterior sem deixar notícias sobre seu paradeiro. Ele estava desaparecido por mais de um ano e sua esposa, seus pais e sua irmã não tinham informações sobre seu estado. Diante dessa situação, sua irmã, Ana, decidiu solicitar a declaração de ausência de Lucas para que fosse nomeado um curador para administrar seus bens. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

→ PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CIVIS (ARTS. 1º A 12 E CF/1988)

1. (VUNESP – 2023) Além da previsão do princípio da duração razoável do processo, o artigo 4º do Código de Processo Civil, que dispõe que: “As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.” faz menção ao princípio

- a) do devido processo legal.
- b) da inafastabilidade da jurisdição.
- c) da motivação.
- d) da primazia do mérito.
- e) da eficiência.

2. (VUNESP – 2023) O princípio processual introduzido no Código de Processo Civil que prevê deverem as partes do processo influir de maneira satisfatória para que se obtenha em tempo hábil uma decisão de mérito justa e eficaz é o princípio

- a) da boa-fé processual.
- b) da cooperação.
- c) do devido processo legal.
- d) da ampla defesa.

3. (VUNESP – 2022) De acordo com o entendimento doutrinário atual, assinale a alternativa que indica o princípio geral do processo civil e sua explicação correspondente.

- a) Acesso à justiça – condições mínimas que o processo deve conter para lidar com a afirmação de uma situação de ameaça ou lesão a direito.
- b) Juiz natural – ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.
- c) Devido processo legal – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
- d) Duplo grau de jurisdição – necessidade de toda e qualquer decisão judicial ser explicada, fundamentada e justificada pelo magistrado que a proferiu, levando em conta o direito aplicável e as vicissitudes do caso concreto.
- e) Assistência jurídica integral e gratuita – embora não previsto expressamente na Constituição Federal, corresponde ao dever de promover a igualdade de condições de manifestação ao longo do processo, criando condições para que essa igualdade seja efetivamente exercitada.

4. (VUNESP – 2022) Assinale a alternativa que consagra o Princípio da Primazia do Julgamento de Mérito.

- a) Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

- b) Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.
- c) É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais.
- d) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e todas as decisões serão fundamentadas, sob pena de nulidade.
- e) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

→ DA COMPETÊNCIA INTERNA (ARTS. 42 A 69)

5. (VUNESP – 2024) Acerca do deslocamento de competência para a Justiça Federal em ação judicial em que a Fazenda Estadual faz parte da relação processual, é correto afirmar que:

I. A participação da União desloca obrigatoriamente o processo para Justiça Federal.

II. Nos casos de falência, a competência é deslocada, mas não nos casos de recuperação judicial.

III. A competência não é deslocada nos casos de insolvência civil.

IV. A competência não é deslocada nos casos de acidente do trabalho. Está correto somente o contido em:

- a) II e III.
- b) II e IV.
- c) I.
- d) IV.
- e) III e IV.

6. (VUNESP – 2023) Segundo as normas e os princípios previstos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) A incompetência relativa não pode ser prorrogada.
- b) A competência em razão da matéria é derogável em razão da vontade das partes.
- c) A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles houver sido sentenciado.
- d) O despacho de admissibilidade da petição inicial torna preventivo o juízo.

LEI DE LICITAÇÕES

→ DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO, DEFINIÇÕES E AGENTES PÚBLICOS (ARTS. 1º A 4º, 6º A 10 DA LEI Nº 14.133/2021)

1. (VUNESP – 2025) Segundo Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, é denominado:

- a) anteprojeto.
- b) projeto conceitual.
- c) projeto básico.
- d) termo de referência.
- e) projeto executivo.

2. (VUNESP – 2023) De acordo com a Nova Lei de Licitações, o Sistema de Registro de Preços é cabível em

- a) contratação direta, pregão e concorrência.
- b) leilão e diálogo competitivo.
- c) contratação direta e leilão.
- d) concorrência e diálogo competitivo.
- e) contratação direta e diálogo competitivo.

3. (VUNESP – 2022) Parâmetros de adequação ao interesse público, de economia na utilização, de facilidade na execução, de impacto ambiental e de acessibilidade são alguns dos elementos minimamente exigidos

- a) no anteprojeto.
- b) na matriz de riscos.
- c) no projeto executivo.
- d) no memorial descritivo.
- e) no orçamento executivo.

4. (VUNESP – 2022) O conjunto de documentos relacionados a uma obra de engenharia que atende aos requisitos estabelecidos pela Lei das Licitações, apresentando os elementos necessários e suficientes para definir e caracterizar o objeto a ser contratado, ter nível de precisão adequado, ser elaborado com base nos estudos técnicos preliminares que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, além de possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos executivos e do prazo de execução, é a definição de:

- a) Projeto conceitual.
- b) Programa de necessidades.

- c) Estudo de viabilidade.
- d) Projeto básico.
- e) Projeto executivo.

→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021)

5. (VUNESP – 2024) O processo licitatório deve ser realizado observando-se diversos princípios. Um deles veda a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em encargos mais suscetíveis a riscos, o que diz respeito ao princípio

- a) da impessoalidade.
- b) da transparência.
- c) da celeridade.
- d) do julgamento objetivo.
- e) da segregação de funções.

6. (VUNESP – 2024) A vedação da designação do mesmo agente público para atuação simultânea em encargos mais suscetíveis a riscos diz respeito ao princípio licitatório

- a) da transparência.
- b) da segurança jurídica.
- c) da segregação de funções.
- d) do julgamento objetivo.
- e) da igualdade.

7. (VUNESP – 2023) O princípio da licitação que fundamenta a regra de preferência, em caso de igualdade de condições, a bens e serviços fornecidos por empresas que comprovem a prática de mitigação de efeitos das emissões de gases de efeito estufa, de que trata a Política Nacional sobre Mudança do Clima, é o princípio

- a) do julgamento objetivo.
- b) do desenvolvimento nacional sustentável.
- c) da proporcionalidade.
- d) da razoabilidade.
- e) da preferência ao microempreendedor.

8. (VUNESP – 2022) A nova Lei de Licitações prevê que a fase preparatória deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual e com as leis orçamentárias, bem como levar em consideração todas as premissas técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação. Essa diretriz evidencia o princípio da(o)

- a) publicidade e transparência.
- b) celeridade e economicidade.
- c) julgamento objetivo.
- d) planejamento.
- e) formalismo moderado.

ADMINISTRAÇÃO GERAL E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

→ ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA - ORGANIZAÇÃO (INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO)

1. (VUNESP – 2024) Um dos objetivos da hierarquia nas instituições é contribuir para que as atividades ocorram de forma harmoniosa, produtiva e eficiente. Considerando-se o exposto, assinale a alternativa que evidencia uma postura a ser adotada pelos colaboradores para a melhor fluidez dessa relação.

- a) Engajar-se na troca de informações para evitar a estagnação nas atividades.
- b) Demonstrar ansiedade ou desinteresse pelas atividades coletivas.
- c) Manifestar resistência para aceitar diferentes posicionamentos.
- d) Potencializar erros e equívocos por não entender uma instrução.
- e) Retrair-se quanto ao interesse em receber e compartilhar experiências.

2. (VUNESP – 2024) Diversos processos permeiam a organização de uma instituição e o seu bom funcionamento. Para a harmonia e lógica nas rotinas realizadas, um método adotado para a estruturação de equipes é o organograma.

Assinale a alternativa que especifica os principais modelos dessa ferramenta.

- a) Circular, clássico, integrado, matricial e processual.
- b) Clássico, circular, horizontal, matricial e setorial.
- c) Circular, integrado, setorial, sistêmico e vertical.
- d) Estrutural, matricial, múltiplo, radial e sistêmico.
- e) Circular, horizontal, integrado, multifuncional e vertical.

→ ADMINISTRAÇÃO

3. (VUNESP – 2025) A pessoa que tem o poder de decidir e de se fazer obedecer e que tem a capacidade de influenciar as ideias e as ações de outras pessoas recebe o nome de

- a) diretor.
- b) influencer.

- c) líder.
- d) gerente.
- e) chefe.

4. (VUNESP – 2023) Rotinas administrativas são atividades rotineiras, mas fundamentais para que a empresa funcione de forma

- a) sistematizada.
- b) centralizada.
- c) concentrada.
- d) mecanizada.
- e) liberada.

→ PROCESSO ORGANIZACIONAL E FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS

5. (VUNESP – 2025) As rotinas administrativas podem variar conforme o porte e a área de atuação de cada organização privada ou pública, porém elas têm um objetivo comum que é

- a) atender a demandas específicas voltadas à execução de projetos administrativos, para cumprimento de prazos emergenciais.
- b) otimizar os processos administrativos rotineiros, priorizando as atividades inerentes ao fornecimento de informações externas.
- c) garantir que os processos internos funcionem de maneira harmoniosa, maximizando a utilização dos recursos disponíveis.
- d) gerenciar os recursos financeiros para a redução dos custos com atividades de produção, visando melhorar o desempenho de resultados.
- e) revisar as normas e técnicas de trabalho, que influenciam na resolução das demandas, desconsiderando o cumprimento de prazos.

REDAÇÃO OFICIAL

→ DEFINIÇÃO E ATRIBUTOS DA REDAÇÃO OFICIAL

1. (VUNESP – 2023) No Manual de Redação da Presidência da República estão, entre os atributos da redação oficial que se associam diretamente à compreensão da mensagem pelo leitor,

- a) clareza, precisão e objetividade.
- b) clareza, objetividade e impessoalidade.
- c) coerência, precisão e informalidade.
- d) coesão, informalidade e impessoalidade.
- e) coerência, coesão e padronização.

2. (VUNESP – 2022) Considere as informações:

- utilizar palavras e expressões simples, em seu sentido comum, salvo quando o texto versar sobre assunto técnico, hipótese em que se utilizará nomenclatura própria da área;
- usar frases curtas, bem estruturadas; apresentar as orações na ordem direta e evitar intercalações excessivas. Em certas ocasiões, para evitar ambiguidade, sugere-se a adoção da ordem inversa da oração; • buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto;
- não utilizar regionalismos e neologismos;
- pontuar adequadamente o texto.

(Manual de Redação da Presidência da República. Adaptado)

O texto traz característica do seguinte atributo da redação oficial:

- a) coesão.
- b) clareza.
- c) uso da norma-padrão.
- d) coerência.
- e) concisão.

→ CONCEITOS, USO E CONCORDÂNCIA (PRONOMES DE TRATAMENTO)

3. (VUNESP – 2025) Considere o seguinte trecho de um documento oficial para responder a questão.

Brasília, 15 de dezembro de 2020

A Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública _____ Ministro,

Com meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para solicitar a _____ a alteração da destinação de recursos, oriundos da emenda de relatoria- geral do Orçamento 2024, conforme documentos anexos.

Considerando que o texto tem como destinatário um Ministro de Estado, assinale a alternativa que completa as lacunas, empregando, correta e respectivamente, a expressão própria do vocativo e o pronome de tratamento.

- a) Excelentíssimo ... Sua Senhoria
- b) Prezado ... Sua Excelência
- c) Senhor ... Vossa Excelência
- d) Gentilíssimo ... Sua Magnificência
- e) Excelentíssimo Senhor ... Vossa Magnificência

4. (VUNESP – 2024) Considerando-se o destinatário destacado, assinale a alternativa que apresenta corretamente a forma de tratamento no vocativo, no corpo do texto e a respectiva abreviatura.

- a) Diretor de Associação Comercial – Prezado Diretor / Vossa Senhoria / V. Sa.
- b) Presidente de Câmara Legislativa Municipal – Senhor Presidente / Vossa Excelência / V. Exa.
- c) Vereador – Senhor Vereador / Vossa Senhoria / V^a S^a
- d) Deputado Federal – Prezado Deputado Federal / Vossa Excelência / Va. Exa.

5. (VUNESP – 2022) Quando um técnico de um órgão público encaminhar um ofício ao prefeito da cidade, o vocativo, o pronome de tratamento e o desfecho do documento utilizados serão, correta e respectivamente:

- a) Caro Senhor Prefeito; Vossa Senhoria; Atenciosamente.
- b) Digníssimo Senhor Prefeito; Sua Excelência; Respeitosamente.
- c) Senhor Prefeito; Vossa Excelência; Respeitosamente.
- d) Senhor Prefeito; Sua Excelência; Atenciosamente.
- e) Digníssimo Senhor Prefeito; Vossa Excelência; Nossos respeitos.

→ VOCATIVOS


6. (VUNESP – 2024) Endereçando-se uma carta a um Ministro de Estado, o vocativo e o desfecho desse documento são, respectivamente:

- a) A Sua Excelência o Senhor; Sem mais.
- b) Senhor Ministro; Respeitosamente.
- c) Vossa Excelência; Com votos de estima.
- d) Sua Excelência; Atenciosamente.
- e) Excelentíssimo Ministro; Respeitosamente.

7. (VUNESP – 2024) Vocativo é a expressão utilizada para chamar a atenção da pessoa a quem se escreve.

Assinale a alternativa que indica a pontuação final correta que deve ser utilizada para esta expressão, conforme orientação do caderno 13 – Técnicas de Redação e Arquivo do documento Profuncionário.

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 **799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021**

 **92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022**

 **213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022**

 **337 APROVADOS
NO INSS 2022**



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO